

Esquecer Seattle

Vera Thorstensen

A OMC pós-Seattle: Apostada em reiniciar as negociações multilaterais sobre o comércio internacional, a OMC começou em 2000 uma agenda carregada. Depois de Seattle, o objectivo é dar ao mundo provas de vitalidade, de capacidade de regeneração e de auto-análise crítica.

O Conselho Geral da OMC - Organização Mundial de Comércio decidiu, na sua reunião de fevereiro, dar início às negociações multilaterais sobre as áreas de agricultura e serviços. Tal fato marca a retomada formal das atividades de negociações da organização, depois do impasse gerado em Seattle, em dezembro passado, quando a Conferência Ministerial, órgão máximo da OMC, não conseguiu lançar mais uma rodada de negociações multilaterais, a Rodada do Milênio.

Muitas foram as razões que levaram a tal impasse. A mais importante delas, é que os 135 membros da OMC, apesar de intensos trabalhos em Genebra, durante o ano de 1999, não conseguiram chegar a consenso sobre os temas que deveriam ser incluídos na rodada, devido à existência de interesses conflitantes. Os membros exportadores de produtos agrícolas, denominado Grupo de Cairns (15 países), queriam a abertura dos mercados e o fim dos subsídios à produção e à exportação de produtos agrícolas. A CE, Japão, Suíça e Noruega defendiam a manutenção da proteção de seus mercados agrícolas, exigindo que o setor fosse diferenciado pelo conceito de multifuncionalidade, que permitiria o apoio para a conservação do meio ambiente rural. Os EUA, pouco entusiasmados com mais um exercício de liberalização de comércio, defendiam que temas como meio ambiente e padrões trabalhistas fossem incluídos na OMC. A CE exigia, ainda, que para contrabalançar mais uma etapa de liberalização agrícola, seria imprescindível avançar com acordos na área de investimento e concorrência. Os países desenvolvidos defendiam a ampliação da liberalização de serviços, incluindo a área financeira, de telecomunicação e de transportes. Os países em desenvolvimento argumentavam, antes de tudo, que se iniciasse um processo de análise sobre a implementação de todos os acordos negociados na Rodada Uruguai, e do real benefício que essa etapa de liberalização trouxe para os países em desenvolvimento, o que incluiria um exame de como estariam sendo aplicadas as cláusulas de tratamento especial e diferenciado de cada acordo com relação aos países em desenvolvimento.

Com esse quadro de interesses em jogo, as negociações em Seattle decorreram dentro de um clima de grande descontentamento, por parte dos países em desenvolvimento, que se sentiram excluídos do processo de negociações que se fazia, basicamente, com a presença de cerca dos vinte maiores parceiros do comércio internacional, o que gerou uma séria questão sobre a transparência do processo decisório da organização. O clima de contestação nas ruas de Seattle também contribuiu para gerar o impasse, uma vez que grupos defensores dos mais diversos interesses, acusavam a OMC de ser a responsável pelo processo de globalização, defendendo apenas os interesses das multinacionais em detrimento dos países menos desenvolvidos, do meio ambiente e dos trabalhadores.

Com o impasse de Seattle, surgiu a preocupação de que o sistema multilateral de comércio, composto por regras de comércio internacional, arduamente negociadas nos últimos cinquenta anos, e baseadas na liberalização, na não discriminação e na

transparência, e sob a supervisão do antigo GATT e agora da OMC, pudesse entrar em crise, gerando uma reação protecionista por parte dos grandes parceiros comerciais.

O ano de 2000 foi iniciado com um número significativo de consultas entre os membros da OMC, que resultaram nas decisões do Conselho Geral de fevereiro. A primeira decisão foi de que mais uma etapa de negociações sobre agricultura e serviços seria iniciada, formalmente, dentro do Conselho de Serviços e do Comitê de Agricultura, em reuniões previstas para o fim de fevereiro e fim de março, respectivamente. A primeira reunião de cada um desses órgãos discutirá as modalidades de negociação e o cronograma dos trabalhos. Os resultados serão reportados diretamente ao Conselho Geral.

A segunda decisão se refere às revisões dos acordos já existentes e que estavam previstas nos próprios acordos negociados na rodada passada. Dentre elas, na área de propriedade intelectual, revisão sobre a patentabilidade de microorganismos e processos de sua obtenção, bem como a criação de um regime de proteção à indicação geográfica; na área de investimentos, revisão dos prazos para a utilização de conteúdo local e exigência de desempenho de exportação para a concessão de incentivos; na área de subsídios, a renovação dos subsídios permitidos para fins de desenvolvimento regional, apoio à pesquisa e ao desenvolvimento, e apoio a substituição de equipamentos industriais poluidores; na área de anti-dumping, revisão do artigo sobre o regime de solução de controvérsias relativos a esse instrumento; na área da valoração aduaneira, revisão dos prazos para a adoção do acordo de valoração em substituição aos antigos regimes; e na área de solução de controvérsias, conclusão da revisão do processo de solução de conflitos. Ficou estabelecido que tais temas deveriam ter discussões dentro dos Comitês responsáveis, com recomendações a serem reportadas ao Conselho Geral.

A terceira decisão está relacionada ao tema implementação dos acordos existentes, tema considerado de grande importância pelos países em desenvolvimento, que começará a ser discutido na próxima reunião do Conselho Geral, em maio, estando em aberto a possibilidade de se criar um mecanismo especial para o exame de tal questão. Alguns itens certamente serão incluídos dentro do tema implementação, como: cumprimento, por parte dos países desenvolvidos, das cláusulas de tratamento especial e diferenciado em relação aos países em desenvolvimento, que constam de todos os acordos da OMC, mas que não estão sendo cumpridas; acesso aos mercados dos países desenvolvidos na área têxtil, como previsto no acordo de têxteis, mas que não está sendo efetuado como esperado; aplicação excessiva de instrumentos de defesa comercial como anti-dumping, por parte de certos membros; e existência de picos tarifários e escaladas tarifárias que protegem, especialmente, os mercados dos países desenvolvidos de produtos tradicionais como alimentos, têxteis e calçados.

A quarta decisão se refere aos países menos desenvolvidos, e inclui a conclusão de negociações com um duplo objetivo de: dar uma concessão especial aos quarenta membros menos desenvolvidos da OMC, através da eliminação das tarifas relativas às exportações desses países; e reforçar o orçamento da OMC para atividades de treinamento e capacitação técnica de tais países.

A quinta decisão consiste em prosseguir consultas sobre temas de interesse dos países desenvolvidos como facilitação de comércio, comércio eletrônico, investimento, concorrência, meio ambiente e padrões trabalhistas, ficando estabelecido que tais temas iriam sendo incorporados na agenda das negociações, à medida em que as discussões pudessem levar ao consenso entre os membros e permitir o início de negociações de um acordo específico sobre eles.

Outros temas foram objeto de intensos debates no Conselho Geral, e certamente serão temas de futuras consultas. O primeiro se refere à questão da transparência interna, relativa ao processo de decisão da organização, uma vez que o processo atual se faz na base de reuniões do chamado "green room" (sala ao lado do gabinete do diretor geral) nas quais participam um número restrito de membros, incluindo os vinte maiores parceiros do comércio, bem como alguns representantes de países em desenvolvimento, por zonas geográficas. Como a OMC conta agora com 135 membros, além de cerca de 30 outros em processo de acessão, e como a grande maioria deles são países em desenvolvimento, existe forte pressão para que o sistema seja modificado, sem se abrir mão do princípio fundamental do consenso. O segundo se refere à questão da transparência externa, da participação de organizações representantes legítimos da sociedade civil dentro dos diversos órgãos da OMC.

Em síntese, a reunião do Conselho Geral teve como grande objetivo reiniciar as negociações multilaterais sobre o comércio internacional, não nos moldes de uma grande rodada, mas dentro do mandato de competência estabelecido nos acordos da Rodada Uruguai, e determinados pela Conferências Ministeriais anteriores. Mais importante, ainda, foi dar ao mundo a mensagem de que a OMC não está, nem em crise ou paralisada, como gostariam alguns dos manifestantes de Seattle, mas continua em atividade, não só negociando novos acordos, como também supervisionando o comércio internacional através de seus trinta conselhos e comitês que já têm mais de 130 reuniões formais agendadas para 2000. Finalmente, que a OMC continua sendo conduzida por seus membros, através de representantes de governos democraticamente eleitos, e não por burocratas sem face, defensores das multinacionais, como foi afirmado por certas organizações não governamentais. Aliás, caberia indagar, se algumas dessas organizações não estariam sendo financiadas por interesses ocultos, que escapam ao controle dos governos e das organizações internacionais legitimamente estabelecidas.

Vera Thorstensen é pesquisadora sobre Política de Comércio Externo há vinte anos, tem doutoramento pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e realizou programas de pós-doutoramento em Lisboa, Bruxelas, Washington e Genebra.